

O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO LXIV 07 DE FEVEREIRO DE 2020



PELOS NOSSOS EMPREGOS. PELOS NOSSOS DIREITOS.

O fechamento de fábricas, como a Fafen-PR, o anúncio de privatização das refinarias, entre elas a Regap, colocam em risco a categoria petroleira, os terceirizados, as famílias dos trabalhadores e a economia das comunidades no entorno das unidades dos Sistema Petrobrás. A greve iniciada no dia 1º de fevereiro busca defender empregos, direitos e a soberania no país.



EDITORIAL

AGORA É GREVE!

Na noite do dia 31 de janeiro, em uma sexta-feira, petroleiras e petroleiros de Minas Gerais iniciaram mais uma dura batalha. Trata-se de mais uma etapa de uma verdadeira guerra - de um lado, os trabalhadores e defensores da maior empresa da América Latina, símbolo da soberania nacional - do outro, um governo que se diz patriota, mas que insiste em um projeto de destruição do país e submissão aos Estados Unidos.

Dessa vez, não cruzamos os braços por aumentos salariais ou melhorias dos nossos benefícios. A greve, ferramenta legítima e sagrada da classe trabalhadora, busca frear uma situação cada vez mais insuportável para os trabalhadores diante do processo de privatização da estatal. No rastro da entrega do patrimônio público, os empregos e direitos da categoria petroleira estão sendo atacados e destruídos.

O caso da FAFEN Paraná talvez tenha sido o retrato mais cruel e didático do processo de privatização pelas beiradas promovido pelo Governo Bolsonaro. A fábrica de fertilizantes paranaense será fechada pela atual direção da Petrobrás, já que não foi possível vendê-la para empresas privadas. Cerca de 400 trabalhadores próprios e 600 terceirizados receberam a notícia de que serão demitidos, enquanto a cidade de Araucária e o estado do Paraná perderão milhões em impostos, renda e emprego.

Petroleiros, próprios e terceirizados, são hoje alvo de um governo que pretende destruir a empresa responsável pelo ganha-pão de tantas famílias e pelo desenvolvimento industrial e regional do país. O momento é de mostrar unidade, força e resistência, em nome da história de luta dessa categoria - a Regap, aliás, também está em processo avançado de venda. Portanto, não se trata de uma greve em solidariedade aos companheiros do Paraná, mas sim de uma luta unitária em defesa do futuro da nossa empresa.

NOTAS

PROFESSORES DA REDE ESTADUAL EM GREVE

O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) realizou, na quarta-feira, 5, Assembleia Estadual para debater e aprovar o calendário de lutas de 2020, momento em que foi deflagrada uma greve na rede estadual de ensino.

No ano passado, a categoria viu uma política de desemprego ser implementada a partir de milhares de demissões no programa Escola de Tempo Integral, com o Plano de Atendimento, fusão de turmas, municipalização de escolas estaduais e redução do Quadro Escola.

O Sind-UTE/MG considera que governo do Estado relegou a Educação a segundo plano ao deixar parte da categoria sem o 13º salário e apresentando propostas de reajuste salarial a apenas um setor do funcionalismo.

Com informações da CUT/MG

DATAPREV: TRABALHADORES CONQUISTAM ABERTURA DE NEGOCIAÇÃO E SUSPENDEM GREVE

Depois de 14 dias de greve contra as 493 demissões anunciadas na Dataprev e a decisão do governo Bolsonaro de privatizar a estatal, os trabalhadores e as trabalhadoras da empresa retornaram aos seus postos de trabalho na quarta-feira, 5.

A decisão de suspender a greve foi aprovada em assembleia na quarta, quando os sindicalistas informaram o resultado da audiência realizada no TST.

A ministra Kátia Magalhães Arruda, do TST, sugeriu a suspensão da greve, das demissões e o não desconto dos dias parados até que as partes cheguem a um acordo mediado pelo Tribunal.

Os sindicalistas comemoram a abertura de negociação e a suspensão das medidas que a empresa havia anunciado, mas alertam a categoria que a luta é muito maior e vai exigir muita organização e mobilização de todos e todas.

Com informações da CUT

CAOS NO INSS AINDA PODE PIORAR

O INSS registra filas virtuais de cerca de dois milhões de trabalhadores e trabalhadoras aguardando resposta sobre liberação de benefícios previdenciários. E a situação não deve melhorar com a mudança de presidente do instituto. Na terça-feira (28), o governo anunciou Leonardo Rolim, como novo chefe do órgão. Mas a relação de Rolim com seus comandados também não deve ser das mais fáceis, já que em março de 2019 ele afirmou em entrevista que os “servidores só querem privilégios”.

O cenário deve ficar pior com a redução no número de trabalhadores no INSS e com servidores em greve contra a privatização da empresa.

A convocação de militares da reserva também não resolve, já que eles não contam com qualificação adequada para a função.

Com informações da CUT



CATEGORIA PARALISA ATIVIDADES EM DEFESA DOS EMPREGOS

Grevistas alertam para a destruição do Sistema Petrobrás

A greve dos petroleiros em Minas atingiu 90% de adesão dos setores operacionais da UTE e Regap esta semana.

Desde o início da paralisação, na noite do dia 31 de janeiro, o movimento nacional se fortalece, atingindo mais de 30 unidades, em 12 estados do país.

A categoria protesta contra a demissão em massa e sem negociação de mil trabalhadores, efetivos e terceirizados, da Araucária Nitrogenados/ Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (ANSA/Fafen-PR).

O anúncio de hibernação da fábrica paranaense despertou indignação em todo o país, representando a gota d'água de uma série progressiva de ataques a direitos, cometidos pela gestão da Petrobrás sob o governo Bolsonaro.

II Categoria protesta contra a demissão de 400 efetivos e 600 terceirizados da Fafen

A causa dos petroleiros conta com amplo apoio na sociedade. No início da semana, segunda-feira, 3, o Ato Político em Apoio à Greve dos Petroleiros reuniu representantes de diversos movimentos sociais e entidades.

A atividade confirmou que as reivindicações dos grevistas refletem as preocupações de diversos segmentos sociais sobre os ataques aos direitos trabalhistas, a onda de privatizações e o descaso do atual governo com o setor público.

De acordo com o diretor do Sin-



dipetro/MG, Alexandre Finamori, a intensa mobilização durante a semana sinalizou que os trabalhadores não ficaram só na revolta. “A categoria demonstra mais uma vez disposição para a luta. Minas está pronta para iniciar mais uma grande batalha em defesa dos empregos e direitos da categoria petroleira”, afirma o diretor.

Acordo Coletivo de Trabalho

A demissão em massa em Araucária/PR é prova do desrespeito da gestão da Petrobrás em relação ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), firmado com mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A gestão está descumprindo cláusulas que estabelecem fóruns de negociação e protegem trabalhadores de demissões arbitrárias. Os atropelos passam pelas tabelas de turno de revezamento, banco de horas, hora extra, relógio de ponto, interstício, participação nos lucros e resultados (PLR), mudanças na MAS e transferências arbitrárias.

Trabalhadores liberados

Na segunda-feira, 37 trabalhadores da Regap mantidos na unidade desde o início da greve foram liberados após denúncia do Sindipetro ao Ministério Público do Trabalho. Funcionários da UTE-IBT nas mesmas condições também foram liberados.

Abastecimento à população

Os trabalhadores participaram na segunda-feira, 3, de audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para tratar com a empresa a manutenção dos serviços essenciais à população, mas não houve acordo entre as partes. Embora a refinaria esteja operando com número reduzido de funcionários, até o momento a empresa se negou a negociar o abastecimento à população.

O Sindipetro/MG reitera que está disposto a negociar a manutenção da produção para o atendimento às necessidades inadiáveis da população, conforme a Lei 7.783/89, sobre o direito de greve.

FAFEN/PR NÃO DÁ PREJUÍZO

A gestão da Petrobrás alega que a Fafen-PR será fechada porque dá prejuízo. No entanto, entidades contrárias à postura da atual gestão estão mostrando que a justificativa não faz sentido.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas do Estado do Paraná (Sindiquímica-PR), divulgou matéria na qual questiona o suposto prejuízo da fábrica.

O Sindiquímica/PR lembra que é a própria Petrobrás que produz a matéria prima que gera ureia e amônia na unidade, já que o RASF (resíduo asfáltico utilizado para produzir Ureia e Amônia) é derivado da Repar, refinaria da estatal que fica exatamente ao lado da Ansa/Fafen-PR, em Araucária-PR.

Ou seja, quem produz e precifica é a própria empresa. A contabilidade da Petrobrás, portanto, é uma criação para justificar o abandono do setor de fertilizantes nitrogenados no Brasil.

Como consequência do desmonte do setor, o Brasil terá que importar 100% dos fertilizantes nitrogenados que consome.

Hoje o Brasil já importa 75% dos insumos nitrogenados.



PRIVATIZAÇÃO É PREJUÍZO PARA POPULAÇÃO

Queda na arrecadação de impostos, aumento de preços dos combustíveis e desemprego são as principais consequências da venda de unidades do Sistema Petrobrás

As demissões em massa e ataques que estão corroendo os direitos dos trabalhadores vêm na esteira do anúncio das privatizações e desinvestimentos nos setores de fertilizantes e biocombustíveis.

As ações concretas não deixam dúvidas sobre o projeto em curso: o desmantelamento do Sistema Petrobrás, deixando trabalhadores e famílias à deriva, enquanto a população é atingida pelos aumentos dos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha.

As próximas unidades na fila das privatizações são oito refinarias e terminais. Entre elas, a Regap é a única na região Sudeste e tem o maior volume de produção – 166 mil barris por dia, cerca de 7% da capacidade total de refino de petróleo do Brasil. E não para por aí, a venda da unidade inclui um conjunto de dutos com mais de 720 quilômetros (Orbel I e II).

A privatização do refino pode trazer consequências graves para o País, como a perda da soberania energética, alta de preços dos combustíveis e formação de monopólios privados. Mas a face perversa da privatização atinge primeiro quem está na linha de frente das operações: os trabalhadores. Aumentam os riscos à segurança de quem está trabalhando e das populações do entorno das unidades, o desemprego e a terceirização e, conseqüentemente, redução de salários.

A queda na arrecadação de impostos também causará impacto. Atualmente, a Petrobrás funciona como mola propulsora da economia e da industrialização dos estados onde mantém refinarias.

No caso da Regap, a estimativa do Sindicato é de queda na arrecadação de impostos pelo estado de Minas e pelo município de Betim. Isso porque

a refinaria é hoje a empresa que mais gera repasse de impostos para a cidade e, nas mãos da iniciativa privada, a empresa pode pleitear isenções fiscais para garantir investimentos, como é o caso da Fiat.

Segundo dados da Superintendência de Receitas da Prefeitura de Betim, publicados no jornal “O Tempo” em maio e julho de 2019, a refinaria foi responsável, em 2018, por aproximadamente 56% de todo o repasse anual do ICMS ao município - o que segundo a Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Gestão, Orçamento e Obras Públicas de Betim, chega a R\$ 30 milhões por mês.

Já no caso da Fafen-PR o município de Araucária-PR perderá R\$ 75 milhões anuais em arrecadação. De acordo com o Sindiquímica, a folha dos trabalhadores diretos é de aproximadamente R\$ 10 milhões. Desse total, 50% fica no

município. Já o Estado do Paraná pode ter prejuízo na arrecadação do ICMS de R\$ 50 milhões por ano.

A destruição da cadeia produtiva de óleo e gás é um dos principais motivos pelos quais a economia do país segue estagnada. A Petrobrás, que era uma das locomotivas do desenvolvimento nacional, reduziu em mais de 50% os investimentos no Brasil. Sem os investimentos da Petrobrás, o setor deixou de gerar mais de R\$ 100 bilhões para o PIB nesse período.

E se há alguma expectativa de que a iniciativa privada irá investir no setor de refino, vale lembrar que a quebra do monopólio do refino no Brasil aconteceu em 1997 e, desde então, somente a Petrobrás investiu no setor no País: com a construção de novas refinarias e ampliação e modernização das unidades já existentes.

TERCEIRIZADOS TAMBÉM SÃO AFETADOS PELO DESMONTE

A política de privatizações do atual governo não impacta somente os petroleiros efetivos. As demissões em massa e ataques a direitos atingem também os trabalhadores terceirizados.

A exemplo do que aconteceu com a hibernação das estruturas das Fafens em Sergipe e na Bahia, que juntas geravam 6500 empregos (diretos e indiretos), e agora em Araucária no Paraná, quando uma unidade fecha ou é vendida todos são prejudicados, seja com a demissão sumária ou a precarização das condições de

trabalho.

Vale lembrar que situação semelhante ocorreu com a privatização da BR Distribuidora, resultando em centenas de demissões e reduções drásticas de salários e direitos para os que ficaram.

Para se ter uma ideia da gravidade da situação, veja os números fornecidos pela própria Petrobrás, que evidenciam a queda da quantidade de postos de trabalho com a implantação do vigente Plano de Negócios para o setor, iniciado pelo governo Temer.

**EMPREGO EM QUEDA LIVRE.
NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS DO
SISTEMA PETROBRÁS EM QUATRO ANOS.**

- 2016: 68.829 próprios, 117.555 terceirizados
- 2017: 62.703 próprios, 117.201 terceirizados
- 2018: 63.361 próprios, 116.065 terceirizados
- 2019: 58.730 próprios, 109.588 terceirizados